

O estado da arte: produções acadêmicas e científicas sobre estudantes indígenas em escolas urbanas

State of the art: academic and scientific productions about indigenous students in urban schools

Sandra Regina Braz Ayres
Beleni Saléte Grandó
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Cuiabá-Mato Grosso-Brasil

Resumo

Este artigo visa apresentar o estado da arte de produções acadêmicas que tratam da presença de estudantes indígenas em escolas urbanas. A investigação foi realizada no período de fevereiro a abril de 2019, tendo como escopo de análise pesquisas defendidas em programas de Pós-Graduação e em artigos publicados em periódicos entre 2008 a 2018. Foram elencados os seguintes descritores: interculturalidade, estudante indígena, escola urbana e a Lei 11.645/08. Os resultados apontam escassez de estudos envolvendo estudantes indígenas em escolas urbanas. Conclui-se que há necessidade de trabalhar as questões relativas ao reconhecimento e à valorização das diferenças culturais nos contextos escolares.

Palavras-chave: Estudante indígena; Escola urbana; Interculturalidade.

Abstract

This article aims to present the state of the art of academic productions that deal with the presence of indigenous students in urban schools. The investigation was carried out from February to April 2019, with the scope of analysis being research advocated in graduate programs and articles published in journals between 2008 and 2018. The investigation was based on the descriptors: interculturality, indigenous student, urban school and Law 11.645/08. The results point to a scarcity of studies involving indigenous students in urban schools. Conclude that, there is a need to work on issues related to the recognition and appreciation of cultural differences in school contexts.

Keywords. Indigenous student; Urban school; Interculturality.

Introdução

Este artigo é o resultado da investigação realizada na base de dados de Teses e Dissertações, defendidas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e disponíveis na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Repositório da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e artigos via acesso remoto da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) no Portal de Periódicos da Capes. O texto em tela constitui parte da pesquisa de doutorado, em andamento, que tem como objeto de estudo a Formação para a Educação Intercultural e Reconhecimento dos Povos Indígenas na Escola Urbana. Para conhecer o estado da arte de pesquisas com temas correlatos ao nosso objeto de estudo, optou-se pelos descritores: interculturalidade, estudante indígena, escola urbana e a Lei 11.645/08.

De acordo com Ferreira (2002) as pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento” são definidas como de caráter bibliográfico tendo como desafio mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. A autora ressalta ainda que:

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

A grande relevância da pesquisa do tipo estado da arte no meio acadêmico consiste no fato de que por meio dela é possível ter acesso às produções e caminhos já percorridos em determinada época por outros pesquisadores sobre o tema que se pretende pesquisar. Permite, ainda, dar visibilidade ao conhecimento já produzido e divulgá-los para a sociedade.

A fim de situar o leitor, optou-se por estruturar o presente texto em duas seções: primeiramente a contextualização do projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento; e por último, o mapeamento das produções acadêmicas e científicas desenvolvidas entre 2008 a 2018, que tratam da presença de estudantes indígenas em escolas urbanas.

Formação para a educação intercultural e reconhecimento dos povos indígenas na escola

A aproximação com a temática deste projeto “Formação para a educação intercultural e reconhecimento dos povos indígenas na escola” ocorre pela atuação do

Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) de Sinop/MT nas escolas estaduais no município de Colíder/MT.

O CEFAPRO é o órgão responsável pela política de formação, sistematização e execução dos projetos e programas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) e pelo desenvolvimento de parcerias nos programas e projetos com o Ministério da Educação (MEC). Existem 15 CEFAPROS no Estado de Mato Grosso, cada um deles responsável por um polo de atendimento, composto por vários municípios.

A formação continuada dos profissionais das unidades escolares aconteceu por meio do Projeto Pró-Escola Formação na Escola (PEFE¹), tendo o coordenador pedagógico como responsável pela formação continuada nas unidades escolares, com o acompanhamento e assessoramento do professor formador do CEFAPRO. O Orientativo de 2017 do PEFE, publicado pela Superintendência de Formação dos Profissionais da Educação Básica – SUFP/SEDUC/MT, enfatizava que o projeto de formação deveria ser elaborado e desenvolvido, a partir de um diagnóstico situacional que apontasse a realidade vivenciada em cada unidade escolar, devendo ser orientado e acompanhado pelos CEFAPROS. Portanto, as temáticas de estudos precisavam estar em consonância com as necessidades de cada escola.

Assim, o esboço da pesquisa de tese teve sua origem a partir da construção do Projeto PEFE de uma escola do município de Colíder/MT, no ano de 2017, no processo de escolha dos professores sobre as temáticas de estudo para desenvolverem na escola: “Diversidades na escola: conhecendo nossa realidade indígena”. Os professores foram motivados pela realidade da escola que contava com 40 estudantes indígenas matriculados, pertencente a etnias distintas: Kaiapó, Tapayuna, Apiaká, Jurukatu, Panará, Kaiapó/Tapayuna, Panará/Kaiapó.

Nesse sentido, alguns questionamentos foram formulados: por que esses estudantes estavam matriculados em uma escola urbana? O que os estudantes indígenas esperavam da educação escolar urbana? Como esses estudantes percebiam a escola? Como esses alunos eram percebidos pelos professores e pela comunidade escolar? Quais os desafios que apresentavam para a escola?

Por outro lado, os questionamentos pelos profissionais da escola que solicitavam constantemente respostas para os desafios impostos pela diversidade: como alfabetizar os

estudantes indígenas na língua portuguesa? Como adequar o calendário escolar para atender as especificidades de cada cultura? Como a formação continuada poderia contribuir com essa realidade?

Diante desse cenário desafiador, buscou-se desenvolver o projeto de pesquisa com a intenção de encontrar respaldo teórico e metodológico que possibilite desenvolver uma proposta de Formação Continuada pautada na perspectiva da educação intercultural.

Para tanto, a investigação orientar-se-á pelos pressupostos da pesquisa qualitativa pelo fato de que exige uma apreensão de todos os detalhes e pistas percebidas que “permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

A abordagem metodológica está pautada na pesquisa-ação. De acordo com Thiollent (2011), o que caracteriza uma pesquisa-ação é a ideia de uma relação dialética entre pesquisa e ação tendo como função a transformação da realidade identificada pelo grupo. Pesquisador e pesquisados desempenham papel ativo na situação investigada, no acompanhamento e avaliação das ações, com vistas à criação de um ambiente de aprendizagem partilhada, capaz de promover reflexões, diálogo, autonomia, pesquisa, formação e o trabalho coletivo. A coleta de dados acontecerá por meio de observação, entrevista, questionário e diário de campo.

Espera-se com esse estudo contribuir com uma proposta de formação que contemple a educação intercultural e que assegure o diálogo, o respeito, o ensino e a aprendizagem entre as diferentes culturas existentes no espaço escolar, uma vez que esta é uma realidade que se amplia em muitas escolas públicas de Mato Grosso.

O que dizem as produções acadêmicas e científicas sobre a presença de estudantes indígenas em escolas urbanas?

Nesse tópico far-se-á o mapeamento das produções acadêmicas e científicas defendidas em programas de pós-graduação que compreendem dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em periódicos, nos anos entre 2008 a 2018, que tratam de pesquisas sobre a presença de estudantes indígenas em escolas urbanas.

A investigação bibliográfica foi realizada a partir da Base de Dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Repositório da Universidade

Federal de Mato Grosso (UFMT) e artigos via acesso remoto da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) no Portal de Periódicos da Capes, no período de fevereiro a abril de 2019.

A primeira etapa do trabalho consistiu na escolha dos descritores que utilizaríamos para desenvolver a pesquisa, para tanto alguns questionamentos foram necessários para definir quais atenderiam as questões de investigação: como a produção científica sobre interculturalidade pode contribuir com a prática pedagógica numa perspectiva inclusiva? O que dizem as produções acadêmicas sobre estudantes indígenas em escolas urbanas? Como a Lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino”, vem sendo abordada na formação de professores?

A partir destas reflexões os descritores pesquisados foram: interculturalidade, estudante indígena, escola urbana e a Lei 11.645/08. O descritor estudante indígena foi o primeiro por ser o principal sujeito da pesquisa de doutoramento. Em relação à escola urbana buscou-se diferenciar da educação ofertada nas aldeias, pois as escolas situadas nas aldeias seguem as orientações específicas para esta modalidade que seriam: uma educação escolar diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1996).

O descritor sobre a Lei 11.645/08 se deu pelo fato de que sua promulgação altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” (GOULARTE; MELO, 2013). De acordo com a referida lei, as escolas devem atender as determinações legais que orientam para a necessidade de abordar a temática voltada para a população indígena no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, de todas as escolas, públicas e privadas.

O objetivo com este descritor foi levantar o que se tem escrito sobre a Lei 11.645/08 e conhecer as propostas que contemplam a formação de professores. Definidos os descritores, a etapa seguinte consistiu na pesquisa sobre a produção científica de cada um deles.

A primeira busca foi na base de dados de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) incluindo todas as áreas do conhecimento, sem usar filtros. O objetivo foi identificar o número de produções sobre os

descritores mencionados. O quantitativo das publicações por descritor pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 1: Todas as áreas do conhecimento (CAPES)

Descritores	Dissertações	Teses
Estudante indígena	62	28
Interculturalidade	1.051	288
Escola urbana	87.724	25.300
Lei 11.645/08	27.318	6.612

Fonte: base de dados CAPES (2019).

Na segunda busca na CAPES, optou-se por delimitar como grande área do conhecimento Ciências Humanas e Educação como área de conhecimento.

Tabela 2: Ciências Humanas/Educação (CAPES)

Descritores	Dissertações	Teses
Estudantes indígenas	15	08
Crianças indígenas	28	05
Interculturalidade	240	82
Escola urbana	13	02
Lei 11.645/08	08	02

Fonte: base de dados CAPES (2019).

No site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a busca avançada foi refinada para a grande área de conhecimento Ciências Humanas/Educação e, posteriormente, cruzados os descritores conforme a necessidade da pesquisa.

Tabela 3: Resultados da área de Ciências Humanas/Educação na BDTD

Descritores	Dissertações	Teses
Interculturalidade e Estudante indígena	16	03
Escola urbana e Estudante indígena	04	01
Formação de professores e Lei 11.645/08	07	02
Interculturalidade; Estudante indígena e Escola urbana	05	00
Interculturalidade; Estudante indígena; Escola urbana e formação de professores	01	00

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2019).

Com o intuito de conhecer as publicações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realizou-se uma busca no banco de dados da Universidade e obteve-se um retorno de 18 Dissertações e nenhuma Tese. Esse quantitativo está apresentado por descritor na tabela 4.

Tabela 4: Resultados do repositório da Universidade Federal de Mato Grosso

Descritores	Dissertações	Teses
Interculturalidade	09	---
Estudante indígena	07	---
Escola urbana	01	---
Formação de professores e Lei 11.645/08	01	---

Fonte: Universidade Federal de Mato Grosso (2019).

No período entre 2008/2018 nenhuma tese que correspondesse aos descritores pesquisados foi apresentada na UFMT. Contudo, nos últimos anos foram defendidas dissertações com temáticas ao encontro dos objetos de estudo da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, a saber, a interculturalidade e os estudantes indígenas em escolas urbanas. As dissertações que atendiam os objetivos da pesquisa estão apresentadas na tabela 5.

Tabela 5: Dissertações selecionadas repositório UFMT

Interculturalidade e Estudante indígena				
Modalidade	Título	Autor(a)	Instituição	Ano
Dissertação	Expressões identitárias no espaço escolar: um estudo com estudantes indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia	SANTOS, Vanúbia Sampaio dos	UFMT	2014
Dissertação	Aprendizagens da lei 11.645/08 na experiência intercultural dos XII Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá-MT	EICHHOLZ, Gerda Langmantel	UFMT	2015
Dissertação	Educação e urbanidade indígena: nas fronteiras xavantineses	SERPA, Aila Oliveira	UFMT	2017

Fonte: Universidade Federal de Mato Grosso (2019).

A busca por artigos foi desenvolvida no Portal de Periódicos da CAPES via acesso remoto da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)ⁱⁱ. Com essa busca foi possível localizar as seguintes ocorrências:

Tabela 6: artigos encontrados Periódicos da CAPES

Descritores	Artigos
Interculturalidade e estudante indígena	39
Estudante indígena e escola urbana	18
Lei 11.645/08	27

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2019).

Após levantamento dos trabalhos encontrados, ao todo 33 dissertações, 06 teses e 84 artigos, realizou-se a leitura criteriosa dos títulos e resumos para selecionar as publicações que seriam analisadas.

O primeiro critério adotado foi desconsiderar os estudos que apresentavam o mesmo título, resumo, autor e ano. Em seguida optou-se por excluir as publicações que abordavam o estudante indígena no ensino superior, educação escolar indígena no contexto das aldeias, educação ambiental indígena e interculturalidade, saúde indígena e interculturalidade, formação de docentes indígenas, línguas e educação intercultural, por compreender que neste momento esses estudos não atendiam aos objetivos da pesquisa.

O critério de inclusão das publicações para análise foi as que abordavam especificamente o estudante indígena em escola urbana no Ensino Fundamental, a interculturalidade na educação urbana, a formação de professores e a Lei 11.645/08. Ao final foram selecionadas, 05 dissertações, 02 teses e 06 artigos, totalizando 13 publicações.

As dissertações e teses estão apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 7: dissertações e teses selecionadas para análise

Dissertações e Teses				
Modalidade	Instituição	Título	Autor(a)	Ano
Tese	Universidade de Brasília (UnB)	Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real - Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro	LUCIANO, Gersem José dos Santos	2011
Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Expressões identitárias no espaço escolar: um estudo com estudantes indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia	SANTOS, Vanúbia Sampaio dos	2014
Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Aprendizagens da lei 11.645/08 na experiência intercultural dos XII Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá-MT	EICHHOLZ, Gerda Langmantel	2015
Tese	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	A Criança Indígena No Espaço Escolar de Campo Grande/MS: identidades e diferenças	VIEIRA, Carlos Magno Naglis	2015
Dissertação	Universidade	Educação e urbanidade	SERPA, Aila	2017

	Federal de Mato Grosso (UFMT)	indígena: nas fronteiras xavantinenses	Oliveira	
Dissertação	Universidade LaSalle (Canoas/RS)	Formação de professores, interculturalidade e educação Indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola regular	FONTES, Fernanda	2017
Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	A lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular	FANELLI, Giovana de Cássia Ramos	2018

Fonte: arquivo pessoal de dissertações e teses selecionadas (2019).

Os artigos selecionados para análise podem ser visualizados na próxima tabela.

Tabela 8: artigos selecionados

Artigos			
Instituição/área	Título	Autores	Ano
Educação em Revista Belo Horizonte v.26 n.01 p.15-40 abr. 2010	Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil	Luiz Fernandes de Oliveira Vera Maria Ferrão Candau	2010
Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p.197-213, jun.2010 - ISSN: 1676-2584	História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária	Anselmo Alencar Colares Marco Antonio de Oliveira Gomes Maria Lília Imbiriba Sousa Colares	2010
Revista Eventos Pedagógicos v.3, n.3, p. 212 - 220, Ago. – Dez. 2012	LEI 11.645/08: a questão étnico-cultural nas escolas	Rosângela Gomes Moreira; Alceu Zoia.	2012
Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250	Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos	Vera Maria Ferrão Candau	2012
Cadernos de Pesquisa v.46 n.161 p.802-820 jul./set. 2016 803	Cotidiano escolar e práticas interculturais	Vera Maria Ferrão Candau	2016
Laplage em revista, 2018, Vol.4(1), pp. 86-101	Metodologia intercultural na formação-ação para a educação infantil: a cultura bororo e as relações étnico-raciais	Beleni Saléte Grando; Vilma Aparecida de Pinho; Eglen Silvia Pipi Rodrigues.	2018

Fonte: arquivo pessoal de artigos selecionados (2019).

Após leituras, apresenta-se a seguir um breve resumo sobre as publicações selecionadas. Luciano (2011) em sua tese “Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real - Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro” analisa a demanda dos povos indígenas do Alto Rio Negro por educação escolar e universitária verificada nos últimos anos e o lugar que a escola e o mundo moderno ocupam no imaginário atual desses povos, a partir do qual projetam e constroem seu futuro. O trabalho sugere que em relação aos problemas de culturas e identidades, é desejável que a escola contribua, facilite e apoie o resgate de culturas e identidades tradicionais, mas estes devem ser de responsabilidade geral das famílias, das comunidades e dos povos indígenas.

Santos (2014) em sua dissertação “Expressões identitárias no espaço escolar: um estudo com estudantes indígenas de escolas públicas urbanas de Ji-Paraná, Rondônia” discute a atual situação de estudantes indígenas do povo Arara e Gavião no contexto de escolas públicas urbanas no município de Ji-Paraná/RO. Teve como foco as expressões identitárias dos estudantes indígenas (o ser indígena). A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas urbanas da rede estadual de ensino, com sete estudantes indígenas, 05 (cinco) da etnia Arara e 02 (dois) da etnia Gavião que estão no Ensino Fundamental (anos iniciais).

A referida dissertação discutiu as implicações pedagógicas, acadêmicas e políticas no sentido de apontar possíveis ações para conter práticas de violência, preconceito e silenciamento dos estudantes indígenas. Também teve como objetivo efetivar as ações de políticas públicas interculturais como a formação continuada na perspectiva da Lei 11.645/2008, contemplando a construção de currículos interculturais em escolas públicas estaduais e municipais da região amazônica.

A dissertação de Eichholz (2015) “Aprendizagens da Lei 11.645/08 na experiência intercultural dos XII Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá-MT” apresentou as aprendizagens, a partir da experiência intercultural, da Lei 11.645/08 durante a realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas (XII JPI) realizados em Cuiabá-MT, tendo como base a formação dos professores na perspectiva da educação intercultural cujo objetivo era preparar professores e alunos das escolas públicas do município para o encontro com o Outro, o indígena. O objetivo do estudo foi compreender como se estabeleceram as relações entre os saberes e fazeres dos professores e os saberes e fazeres que, numa perspectiva intercultural, é evidenciada a partir dos alunos, podem qualificar a prática

pedagógica na perspectiva da inclusão das histórias e culturas dos povos indígenas na escola.

Os resultados dessa pesquisa permitiu aprofundar as discussões sobre a implementação da Lei 11.645/08, divulgar as premissas reflexivas sobre a formação inicial, continuada e à prática docente na busca de humanizar as relações sociais que ocorrem no âmbito escolar e visam educar para a convivência na diversidade, embasados em saberes a respeito ao indígena brasileiro.

A tese de doutorado de Vieira (2015) “A Criança Indígena No Espaço Escolar de Campo Grande/MS: identidades e diferenças” teve por objetivo identificar os elementos que contribuem na produção de identidade e diferença das crianças indígenas em contexto urbano em relação aos conflitos e às tensões produzidas na Escola Municipal Sulivam Silvestre Oliveira – Tumune Kalivono, no município de Campo Grande/MS. Buscou também identificar as concepções sobre o ser indígena em contexto urbano dos atores envolvidos na Escola pesquisada; identificar as relações entre as crianças indígenas e os diversos atores que compõem o espaço escolar não indígena da Escola e verificar se a Escola Municipal Sulivam Silvestre Oliveira – Tumune Kalivono trabalha com elementos interculturais considerando a presença das crianças indígenas e os saberes não indígenas.

Os resultados mostram que a presença das crianças indígenas no espaço escolar do município de Campo Grande/MS é pouco explorado principalmente no que se refere a aprender a ouvir as crianças. As crianças indígenas, segundo o autor da pesquisa, “sofrem com uma prática pedagógica de exclusão, silenciamento, subalternização e marginalização” em relação as suas diferenças, mas assumem neste espaço da escola “um ‘entrelugar’” construindo estratégias para se afirmar como ser indígena.

Serpa (2017) em seu trabalho de mestrado “Educação e urbanidade indígena: nas fronteiras Xavantinenses” buscou compreender como a presença do A’uwe (Xavante) é percebida pelos gestores e professores de uma escola estadual pública de ensino médio de Nova Xavantina- MT. Procurou investigar se esta escola pensa e reconhece o papel que a educação escolar tem na formação do Xavante, se os professores conhecem a Lei 11.645/08 e estão preparados para colocá-la em prática na perspectiva intercultural, se distingue as necessidades culturais específicas desse Povo e se, preparados ou não, buscam adequar as suas práticas para incluir a temática em seu cotidiano escolar. Os resultados apontam que na

escola ocorre contradições, tensões e conflitos refletindo no elevado índice de evasão e reprovação dos alunos indígenas. De acordo com a pesquisadora, para tentar corrigir essa situação e esse déficit é necessário um novo sistema educacional pautado nos pressupostos da interculturalidade e da pluriétnicidade.

A pesquisa apresentada na dissertação de Fontes (2017) “Formação de professores, interculturalidade e educação indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola regular” pretendeu investigar a contribuição da formação inicial e continuada de docentes que atuam com estudantes indígenas e não indígenas. O estudo buscou explorar duas dimensões culturais existentes em uma escola estadual no município de São Leopoldo – Rio Grande do Sul. A partir do acesso a aldeia onde vivem os alunos e onde ocorre a sua alfabetização no idioma Kaingang em escola própria. A pesquisa demonstra que a formação docente ainda não fornece subsídios teóricos aos professores para lidar com os estudantes indígenas que frequentam as escolas. Observou-se que os professores percebem a inserção dos alunos indígenas como experiência positiva e buscam, a partir de possibilidades, criar espaços de valorização a cultura indígena. Quanto à formação dos professores indígenas, observou-se que eles ainda necessitam ocupar os espaços e mostrar a sua cultura que é pouco compreendida pelos demais professores.

Os estudos apresentados na dissertação de Fanelli (2018) sobre “A lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular” buscou compreender historicamente como ocorreu o processo de formação da Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino pública e privada, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas disciplinas de História, Artes e Língua Portuguesa. Buscou-se discutir o Movimento Indígena brasileiro e suas principais pautas reivindicatórias, as contribuições de historiadores e antropólogos na desconstrução do “índio genérico” e as ações do MEC em relação à temática indígena na escola. A pesquisa partiu de duas hipóteses: a primeira que a Lei 11.645/08 foi fruto da reivindicação dos professores do Movimento Indígena. A segunda que o ambiente institucional do governo Lula, que deu destaque para políticas públicas afirmativas, foi fundamental para a aprovação da norma. Os procedimentos metodológicos na análise foi toda a documentação oficial referente ao projeto de lei, a identificação dos sujeitos envolvidos através das fontes escritas, os áudios dos debates nas comissões da Câmara e Senado federal.

O artigo de Colares, Gomes e Colares (2010) “História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária” propõe uma análise sobre a Lei 11.645/08 que prevê a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas escolas, seus propósitos, alcances e limites, levando-se em conta principalmente a maneira como as temáticas abrangidas pela Lei são contempladas nos currículos dos cursos que formam os professores incumbidos de aplicá-la. O artigo tem como objetivo analisar historicamente o sentido da inclusão dessa temática nas salas de aula, em uma sociedade na qual os segmentos economicamente dominantes naturalizam as diferenças entre as classes sociais.

No texto sobre “Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil” as estudiosas Candau e Oliveira (2010) discutem no âmbito da pesquisa sobre "Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença", que desde 2006 está sendo desenvolvida e tem como objetivos analisar a problemática da educação intercultural no contexto latino-americano.

Na investigação foi privilegiada a produção do grupo Modernidade-Colonialidade, para a discussão das relações entre interculturalidade, relações étnico-raciais e educação no Brasil. O texto inicia com uma breve análise dos principais conceitos que orientam as reflexões do grupo de pesquisa, após apresenta os sentidos da pedagogia decolonial e interculturalidade crítica. E finaliza com discussões e possíveis confluências entre as propostas da pedagogia decolonial e intercultural e as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

Moreira e Zoia (2012) em seu texto, “LEI 11.645/08: a questão étnico-cultural nas escolas” apresentam informações sobre o conhecimento que professores e alunos têm da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino das culturas negra e indígena nas Instituições de ensino de todo país. A pesquisa foi desenvolvida no município de Sinop-MT, com alunos e professores de escolas públicas e privadas e constatou que o preconceito ainda se faz presente em nossa sociedade, principalmente, quando se refere aos negros e aos indígenas. Os autores apontam a escola como um caminho para a superação dos preconceitos e concluem que o trabalho desenvolvido em algumas escolas começa a mostrar resultados positivos na busca da eliminação do preconceito e do racismo.

Candau (2012) em seu artigo sobre as “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos” disserta sobre as questões que remetem às diferenças culturais e afirma que esses temas vêm se multiplicando na nossa sociedade. Segundo ela, a consciência dessa realidade cada mais se intensifica entre educadores/as. No entanto, inúmeras pesquisas que identificam, descrevem e denunciam situações em que alunos/as com determinadas marcas identitárias são discriminados e excluídos no cotidiano da escola.

A autora defende ainda, que essa realidade afirma a obrigação dos educadores em trabalhar os temas que envolvem o reconhecimento e à valorização das diferenças culturais no âmbito escolar. É nessa premissa que esse texto analisa os diferentes sentidos que se atribuem aos termos de igualdade e diferença na percepção dos professores e também ele apresenta uma perspectiva sobre educação intercultural que está sendo construindo nos últimos anos, além de evidenciar a interrelação entre as questões das diferenças e a educação em direitos humanos.

O artigo “O Cotidiano escolar e práticas interculturais” da pesquisadora Candau (2016) discorre que na sociedade brasileira acontece uma crescente sensibilidade para o tema das diferenças culturais presente em diversos segmentos da sociedade. A autora afirma que no que se refere à educação escolar é possível detectar um sentimento de impotência, de não sabermos como enfrentar de forma positiva essas questões. O objetivo do texto é analisar as relações entre escola e práticas interculturais, tendo como referência um curso inspirado na pesquisa-ação, desenvolvido em 2014 no primeiro semestre. Pensando na incorporação da perspectiva intercultural no cotidiano escolar, concluiu que para avançar nesse tipo de trabalho, é importante que o tema seja introduzido nos processos de formação continuada que são realizados na própria escola.

As pesquisadoras Grando, Pinho e Rodrigues (2018) discutem no texto “Metodologia intercultural na formação-ação para a educação infantil: a cultura bororo e as relações étnico-raciais” o resultado de um projeto de extensão (“Ikuiapá”) desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá). O Grupo vem desde 2003 desenvolvendo formação específica para os servidores da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá (MT), buscando atender uma das Creches e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

As autoras apresentam discussões relacionadas à inclusão das histórias e culturas dos povos originários e das comunidades quilombolas e afrodescendentes que vivem em Mato Grosso e no Pará. Na formação contínua, o grupo de educadoras da Amazônia brasileira, território das águas e das fronteiras interétnicas e culturais buscam fortalecer as identidades das professoras e contribuir para a inclusão de diferentes histórias de brasileiros silenciadas pelas histórias colonialistas de ontem e de hoje.

Observou-se que a pesquisa bibliográfica empreendida nas bases de dados mencionadas neste texto aponta resultados que demonstram que não há uma quantidade significativa de pesquisas acadêmicas e científicas sobre estudante indígena em escolas urbanas com foco na formação de professores na perspectiva da Educação Intercultural. Discussões sobre a Lei 11.645/08, ainda, são incipientes no âmbito da escola.

Essa ausência de pesquisa preocupa Candau (2016), pois na sociedade brasileira existe uma crescente sensibilidade para a temática das diferenças culturais que se manifesta em diversos âmbitos sociais. No entanto, no que se refere à educação escolar, a autora argumenta que é possível detectar uma sensação de impotência, de não sabermos como lidar positivamente com essas questões. Assim, afirma que para avançar nessa perspectiva, é importante que essa temática seja introduzida nos processos de formação continuada realizados coletivamente na própria escola.

Alexandre e Abramowicz (2019) afirmam que as diferenças no âmbito escolar são vistas de forma racializadas. Considerando as políticas públicas relacionadas à diversidade existente na escola, isso não deveria ocorrer. Negros e indígenas continuam sendo vistos pelo viés da estereotipia, de uma experiência racializada tanto pelos professores quanto pelos colegas da sala, que alienados, não combatem o comportamento racista e reproduzem e aprofundam as desigualdades.

Algumas Considerações

Esta pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados da CAPES, BDTD, UFMT permitiu conhecer e analisar as produções existentes, oferecendo subsídios importantes e necessários para a compreensão e desenvolvimento das temáticas pesquisadas neste estudo. As pesquisas descrevem e denunciam situações em que alunos/as com determinadas marcas identitárias são rejeitados, objeto de discriminações e excluídos no cotidiano escolar (CANDAU, 2016).

Os resultados mostram que as relações entre os estudantes são baseadas na invisibilidade, violência, preconceito e em muitas situações em que os professores são apontados como omissos, ou seja, silenciam diante desse comportamento dos estudantes não indígenas em relação aos estudantes indígenas. Por outro lado, os resultados mostram também, que em algumas situações, os estudantes indígenas não são passivos a essas ações e aproveitam a oportunidade para afirmação de sua identidade e fortalecimento de seu pertencimento étnico nas escolas urbanas.

Conclui-se, por meio das produções apresentadas, a necessidade de empreender pesquisas sobre a formação de professores na perspectiva da educação intercultural, como um caminho possível para promover um diálogo crítico de reconhecimento do direito às diferenças nos contextos escolares.

Referências

ALEXANDRE, Ivone J. ABRAMOWICZ, Anete. Relações raciais: o olhar dos professores sobre as crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop no Mato Grosso. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2019, p.31-44.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação** - Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. Maria João Álvares et alli. Ed. Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: MEC, 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012. Disponível em < <https://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cad. Pesqui.** [online]. 2016, vol.46, n.161, pp.802-820. ISSN 0100-1574. Disponível em: < <https://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 25 de abr. 2019

COLARES, Anselmo Alencar; GOMES, Marco Antonio de Oliveira; COLARES, Maria Lília Imbiriba. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. **Revista HISTEDBR** (Online). Campinas. n.38. 2010. p.197-213. Disponível em: < <https://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

EICHHOLZ, Gerda Langmantel. **Aprendizagens da Lei 11.645/08 na experiência intercultural dos XII jogos dos povos indígenas em CUIABÁ-MT.** Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal De Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT, 2015. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em 15 mar. 2019.

FANELLI, Giovana de Cassia Ramos. **A Lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular** 144 f. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária, 2018. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.** [online]. 2002, vol.23, n.79, pp.257-272. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>>. Acesso em 20 abr.2019.

FONTES, Fernanda. **Formação de professores, interculturalidade e educação indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola regular.** 106 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade La Salle, Canoas Biblioteca Depositária: Universidade La Salle, 2017. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em 25 abr.2019.

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, Londrina, v.13, nº 02, p. 33-54, jul./dez. 2013.

GRANDO, Beleni Saléte; PINHO, Vilma Aparecida de; RODRIGUES, Eglen Silvia Pipi. Metodologia intercultural na formação-ação para a educação infantil: a cultura bororo e as relações étnico-raciais. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n.Especial, set.- dez. 2018, p.86-10. Disponível em: < <https://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro'**. 370 f. Doutorado em Antropologia Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB, 2011. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MOREIRA, Rosângela Gomes; ZOIA, Alceu. Lei 11.645/08: a questão étnico-cultural nas escolas. **Eventos Pedagógicos**, 01 December 2012, Vol.3(3), pp.212-220. Disponível em: < <https://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, 01 April 2010, Vol.26(1), pp.15-40. Disponível em: < <https://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SANTOS, Vanúbia Sampaio dos. **Expressões identitárias no espaço escolar: um estudo com estudantes indígenas de Ji-Paraná, Rondônia.** 2014. Dissertação de mestrado, 2014.

Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SERPA, Aila Oliveira. **Educação e urbanidade indígena:** nas fronteiras Xavantinas. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT, 2017. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação** (18ªed.). São Paulo: Editora Cortez, 2011.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **A criança indígena no espaço escolar de Campo Grande/MS:** identidades e diferenças. Campo Grande, 2015. 228 p. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, 2015. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Notas

ⁱ O PEFE é construído coletivamente pelos profissionais das unidades escolares de acordo com suas necessidades formativas e tem como objetivo definir ações de intervenção em sala de aula que melhorem e elevem a qualidade do ensino e o desempenho dos estudantes (MATO GROSSO, 2017, p. 7). O termo PEFE foi usado em 2017 quando da construção do projeto desta pesquisa de doutorado. Em 2019 o projeto de formação das escolas denominava-se “Formação da/na Escola”. Em 2020 passa a se chamar “Projeto Sala de Educador”.

ⁱⁱ A opção permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos disponível para as instituições participantes.

Sobre as autoras

Sandra Regina Braz Ayres

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT) em Cuiabá. Professora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) desempenhando sua função no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) de Sinop. Membro do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC/UFMT). E-mail: ayressinop@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6856-6671>

Beleni Saléte Grando

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT) em Cuiabá-Mato Grosso, coordenadora do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC/UFMT) e do Projeto “Ação Saberes Indígenas na Escola” – Rede UFMT/MEC – UFMT, Unemat, IFMT. E-mail: beleni.grando@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5491-2123>

Recebido em: 29/04/2020

Aceito para publicação em: 14/05/2020

